ReGeo ISSN: 2177-3246

A ARTICULAÇÃO ENTRE TEMPO, ESPAÇO E AÇÃO SOCIAL NO PLANEJAMENTO TRANSGRESSIVO NUMA PROPOSTA TOUPEIRA

THE INTERRELATIONSHIP BETWEEN TIME AND SPACE IN TRANSGRESSIVE PLANNING AND THE MOVEMENT IN THE REAL WORLD

LA ARTICULACIÓN ENTRE TIEMPO, ESPACIO Y ACCIÓN SOCIAL EN LA PLANIFICACIÓN TRANSGRESORA DENTRO DE UNA PROPUESTA SIMILAR A LA DE UN TOPO

https://doi.org/10.56238/revgeov17n8-017

Data de submissão: 02/07/2026 **Data de publicação:** 02/08/2026

Rainer Randolph
Instituição: Instituto de Pesquisa e Planejamento Regional (IPPUR / UFRJ)
E-mail: rainer.randolph@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-2142-9805
Lattes http://lattes.cnpq.br/9391282233857282

RESUMO

O texto inicia com uma apresentação do modo agonístico de planejamento para introduzir a problemática do antagonismo que perpassa todo sua argumentação. Deixando de lado a ampla discussão de abordagens sobre diferentes modalidades de planejamento, o presente texto se concentra na introdução de um planejamento transgressivo e suas dimensões de tempo, espaço e prática social. Sua explicitação será realizada a partir da identificação de correspondentes antagonismos que perpassam sociedades capitalistas contemporâneas. Numa perspectiva acrónica e não diretamente contra-hegemônica, a transgressão do planejamento se caracteriza como atuação que se apropria de contraposições a vigentes posições hegemônicas em relação a tempo, espaço e prática social para confrontá-las e enfraquecê-las. Neste sentido, numa forma mais esquemática e simplificada, serão indicadas certas estratégias gerais de enfraquecimento que, talvez, possam abrir caminho para transformações sociais mais profundas. Finaliza com primeiras orientações sobre a possibilidade da articulação dessas dimensões transgressivas para um planejamento.

Palavras-chave: Planejamento Transgressivo. Insurgência. Antagonismos. Hegemonia.

ABSTRACT

The text begins with a presentation of the agonistic mode of planning to introduce the issue of antagonism that runs through its entire argument. Setting aside a broad discussion of approaches to different forms of planning, this text focuses on the introduction of transgressive planning and its dimensions of time, space and social practice. This will be elaborated upon by identifying corresponding antagonisms that permeate contemporary capitalist societies. From an achronic and not directly counter-hegemonic perspective, transgressive planning is characterized as an action that appropriates oppositions to prevailing hegemonic positions regarding time, space and social practice in order to challenge and weaken them. In this sense, in a more schematic and simplified form, certain general strategies for weakening these positions will be outlined, which may, perhaps, pave the way for more profound social transformations. The paper concludes with initial guidelines on the possibility of articulating these transgressive dimensions within a planning framework.

Keywords: Transgressive Planning. Insurgency. Antagonisms. Hegemony.

RESUMEN
El texto comienza con una presentación del modo agonístico de planificación para introducir la problemática del antagonismo que impregna todo su razonamiento. Dejando de lado el amplio debate sobre los diferentes enfoques de las modalidades de planificación, el presente texto se centra en la introducción de una planificación transgresora y sus dimensiones de tiempo, espacio y práctica social. Su explicación se llevará a cabo a partir de la identificación de los correspondientes antagonismos que atraviesan las sociedades capitalistas contemporáneas. Desde una perspectiva acrónica y no directamente contrahegemónica, la transgresión de la planificación se caracteriza como una actuación que se apropia de las contraposiciones a las posiciones hegemónicas vigentes en materia de tiempo, espacio y práctica social para confrontarlas y debilitarlas. En este sentido, de forma más esquemática y simplificada, se señalarán ciertas estrategias generales de debilitamiento que, tal vez, puedan allanar el camino hacia transformaciones sociales más profundas. Concluye con unas primeras orientaciones sobre la posibilidad de articular estas dimensiones transgresoras en una planificación.

Palabras clave: Planificación Transgresora. Insurgencia. Antagonismos. Hegemonía.

1 INTRODUÇÃO

Ao investigar fenômenos, como objetos do presente trabalho, que são chamados de "planejamento" – tanto pelo senso comum como em interpretações científicas –, sua sistematização pode ser diferenciada por perspectivas, abordagens, formas e modalidades em relação a determinados características, critérios, categorias e indicadores aplicados[1]. A distinção "clássica" entre planejamento (publico) compreensivo, incremental, advocatício, participativo, comunicativo e, mais recentemente, insurgente[2] se refere, em boa parte, a uma sequência histórica em sociedades capitalistas onde as modalidades anteriores não são extintas pelos posteriores, mas convivem em articulações pragmáticas e mais ou menos coerentes.

Merece ser colocado aqui no início um alerta em termos "metodológicos" a respeto da argumentação sobre o planejamento: para não criar falsas expectativas, já será adiantado que a atual investigação não está à procura de UM "novo" planejamento ou mesmo de UMA utopia do planejamento como já foi feito anteriormente (RANDOLPH 2022, 2023).

A problemática que orienta o presente texto pode ser demonstrada por uma rápida argumentação a respeito de uma vertente do planejamento e sua proposta de transformar antagonismos nas sociedades contemporâneas em, como chama, "agonismos". Baseada

> na teoria do pluralismo agonístico de Chantal Mouffe, que parte do pressuposto de que as sociedades são profundamente antagónicas e que, portanto, "a prática de planejamento num sistema democrático liberal, embora promova o pluralismo de valores, não pode igualar todos os valores na construção de consenso porque as decisões exigem alguma forma de classificação de valores o que prefere alguns valores e a relativa repressão e/ou exclusão de outros" (Hillier, 2003: p. 41). A essência da política, portanto, consiste numa luta conflituosa pela hegemonia numa perspectiva agonística, sendo o desafio do planeamento permitir que essa luta possa ocorrer e que as posições minoritárias sejam ouvidas e efetivamente consideradas (RANDOLPH, FREY 2018)

Como afirma Pløger (2015, p. 107), os próprios planejadores em suas experiências diárias percebem que no processo pode haver conflitos entre pontos de vista e interesses inconciliáveis, ou seja *antagonismos*, onde nem consenso e nem consentimento são possíveis e onde apenas uma ação legal ou decisões políticas podem resolver a situação.

Não há necessidade, aqui, aprofundar a posição do "planejamento agonístico". Mas, devem ser considerados dois pontos para a abordagem que o presente trabalho vai elaborar mais tarde.

[1] Como exemplos deste esforço de sistematização das modalidades de planejamento e urbanismo, Friedmann e Hudson (1974, p. 4 ss.) e, mais recentemente, Limonad (2015, p. 94 s) explicitam e usam para sua diferenciação categorias de lógicas de planejamento em confronto com categorias de sua caracterização.

[2] Discussões dessa trajetória de formas diferentes de planejamentos encontram-se em extensa bibliografia a seu respeito, como, por exemplo, em Sager (2005), Randolph (2022) e outros

Primeiro, concorda-se que sociedades capitalistas contemporâneas estejam atravessadas por diferentes antagonismos que precisariam ser contemplados em qualquer perspectiva de planejamento e que impediriam, em tendência, soluções negociadas de conflitos antagonicas (contradições). Diante disto só meios de poder medidas legais poderiam resolver.

Segundo, um politicamente concebido planejamento precisa transformar antagonismo em agonismo o que significa transformar um conflito antagonístico entre "inimigos" num conflito entre "adversários". "Processos deliberativos têm, portanto, de assegurar a coexistência de competição e cooperação no planeamento e governação, a fim de alcançar do por Mouffe aspirado 'consenso conflituoso´, acompanhado de dissensos (MOUFFE 2014: p.29)" (RANDOLPH, FREY, 2018).

Ao discordar com esta segunda afirmação, a argumentação do presente ensaio nem pretende discutir a fragilidade dos pressupostos do planejamento agnóstico[3], mas mostrar como outras formas de enfrentamento com os antagonismos nas sociedades capitalistas contemporâneas podem ter resultados diferentes que não se submetem a uma competição política pela hegemonia, mas a subvertem sem, com isto, promover práticas que não colocam em risco a "associação política" da qual fala Mouffe.

No próximo item 2 do presente texto, vão ser discutidos dois elementos que são centrais para o raciocínio que segue no item 3: sem retomar a questão da utopia no planejamento e das diferentes futuridades[4], será introduzida a perspectiva ucrónica que vai orientar toda a investigação posterior de diferentes dimensões de antagonismos. Articulada a esta visão, ainda neste 2., a concepção de Miraftab do planejamento pode ser compreendido como uma "transgressão" do presente, a superação de sua atual situação, em termos e tempo, espaço e social.

Não é por acaso que seguimos essa autora que entende o planejamento (insurgente, no caso) desta forma, como deve ficar mais claro quando se dedica nos subitens item seguinte à argumentação de três diferentes "dimensões" de antagonismos extraídas a partir do debate de três distintas visões de autores a respeito da dinâmica e estruturação de sociedades capitalistas contemporâneas; ou seja trata-se de Souza Santos, Lefebvre e Habermas como principais interlocutores para esta discussão.

Na conclusão do trabalho será realizado um esforço para identificar os pontos de articulação entre as três "dimensões" antagonísticas e seu papel diferencial para compreender a contradição geral

[3] "A abordagem do pluralismo agonístico, tal como concebida por Chantal Mouffe, parte do pressuposto de que arranjos institucionais proporcionam simultaneamente (a) luta democrática dentro de um ambiente político competitivo, (b) a possibilidade de manifestação enfática e irrestrita de dissenso, e (c) a estabelecimento de relações de respeito mútuo entre adversários, são propensos a gerar opiniões e constelações hegemónicas" (RANDOLPH, FREY, 2018).
[4] a este respeito pode ser indicado nosso texto Randolph 2023

do capitalismo. Que, por sua vez, pode dar primeiros indícios de uma luta acrónica da qual práticas de planejamento poderão ser um elemento importante.

2 A TRANSGRESSÃO DO PRESENTE NUMA PERSPECTIVA UCRÓNICA DO PLANEJAMENTO

A formulação de Miraftab do "planejamento insurgente" pode ser compreendida, a nosso ver, como uma forma de enfrentar os antagonismos de sociedades capitalistas sem formular ou se vincular a um projeto mais amplo que quereria (ou poderia) *competir* contra um projeto hegemônico ou seja que ambicionaria se tornar hegemônico. Como já mencionado antes, na concepção de Miraftab "*O planejamento insurgente é transgressivo no tempo, lugar e ação* ." (MIRAFTAB 2009, p. 46). Com esta formulação a autora caracteriza essa forma de planejamento enquanto voltada contra "falsas dicotomias por meio de ações públicas" de ampla abrangência (arenas, espaços informais) que deve ser contra-hegemónico e imaginativo ao recuperar "o ideário de uma sociedade justa". Não é, portanto, uma proposta agonística que se entenderia numa posição de concorrência entre adversários.

A insistência de Miraftab na insurgência voltada contra as contradições do capitalismo (em suas formas variadas, e mais profundas porque cotidianas) explica porque seu uso do termo "transgressivo" para o planejamento; e não "transformativa", comumente aplicado pelos autores em relação ao seu "poder de mudar o presente" ou sua intenção. Pretende, com isto, atribuir um significado mais "radical" ao planejamento e distingue, neste sentido, três dimensões dessa "transgressão" - no sentido de uma ultrapassagem de problemas e dificuldades do presente em direção ao futuro de uma sociedade justa - que podem ser interpretadas como três formas (articuladas) de ultrapassar (i) *limites de um tempo presente; (ii) formas consolidadas de espaço ou território e (iii) ações sociais meramente repetitivas, rotineiras e habituais da vida social.*

Como será aprofundado mais adiante com recurso aos três autores mencionados, as três dimensões de tempo, espaço e ação social de um "planejamento transgressivo" serão articuladas a três formas correspondentes de antagonismos do neoliberalismo em sociedades capitalistas. Com isto as dimensões de transgressão, nas suas características acima explicitadas, ganham *conteúdos relacionadas* a características hegemônicas dessas sociedades que ultrapassam o "ambiente" (tempo, espço e ação social) para a qual foi concebido por Miraftab.

Pois, dentro de seu próprio contexto histórica e territorial, nossa hipótese é que esta tripla correspondência não é aleatória à medida de que suas formas de superação (transgressão) de limites, enquanto construção social de planejamento e suas práticas (coletivas), são produzidas por/em determinada sociedade como elementos importantes para o reconhecimento de seus problemas sócio

espaciais. Em outras palavras, uma sociedade que, em cada período histórico e âmbito territorial realiza certas práticas particulares e coletivas de planejamento, as desenvolve como formas de superação de seus problemas por ela reconhecidos em termos de tempo, espaço e ação social, o que, dialeticamente, é expressão da particularidade da própria sociedade.

Ou seja, dentro da aqui defendida concepção da reprodução antagónica da sociedade capitalista, propriedades particulares de antagonismos em relação a tempo, espaço e ação social (e política) podem ser vinculadas a correspondentes modalidades de um planejamento transgressor com suas práticas o posiciona em relação a um lado do antagonismo contra o outro, sem ter um "projeto hegemônico" próprio. Ou seja, imgina-se a possibilidade de uma multiplicidade de propostas transgressoras conforme dimensões diferentes dos antagonismos.

Propriamente relacionado ao planejamento insurgente, mas também falando em geral, é interessante notar que na bibliografia se consta que

> uma das limitações cruciais do planeamento insurgente, ... , parece consistir no facto de que é muito mais adequado mobilizar a ação contra a situação atual do que desenvolver um cenário alternativo de um futuro imaginado a aspirar e procurar, e eventualmente construir alianças capazes de para colocá-los em prática (RANDOLPH, FREY 2018)

O desafio explicita ou implicitamente colocado a todas as formas de planejamento por uma "utopia"[5] transgressiva é, então, como contribuir a "debelar" o neoliberalismo hegemônico sem mesmo contar com uma estratégia explícita de um projeto contra-hegemônico nas sociedades atuais (onde isto se aplica). Parece bastante otimista a visão de Purcell quando afirma: "A neoliberalização é hegemónica, mas não é invencível. É meramente hegemônico agora. Contraprojetos são possíveis; na verdade, são inevitáveis" (PURCELL, 2009: p.144).

> A questão é: como, sob condições bastante adversas de colonização neoliberal do mundo da vida e de crescente fragmentação das lutas e organizações sociais, as lutas contra-hegemónicas são de facto possíveis? Que formas de planejamento e governação são apropriadas para apoiar, promover ou mesmo encorajar essas lutas. Existe razão suficiente para ter esperança de que a mudança possa vir dos próprios planejadores? (RANDOLPH, FREY, 2018)

Se adotar a ideia de Mouffe (1996) da inerradicabilidade do poder e do antagonismo, qualquer tentativa de alcançar consenso ou consentimento leva a indecidibilidade da maioria das questões políticas e de planejamento face à diferença e à diversidade. Mesmo a busca por uma sociedade justa como projeto insurgente parece questionável como "uma estabilização de algo essencialmente instável e caótico" (RANDOLPH, FREY 2018).

[5] No sentido concreta de Bloch

Diante dessas dificuldades do planejamento em lidar com determinados antagonismos em sociedades neo- ou pós-liberais pode se chegar a conclusão que o focus precisa ser necessariamente direcionado para fora do Estado para insurgências que podem até encontrar o apoio dos planejadores, mas cuja força motriz deve estar localizada no âmbito da sociedade civil[6].

Ao contrário de se prender numa visão utópica na luta contra uma hegemonia (dentro do um quadro de antagonismos), para a discussão do planejamento transgressivo pode ser mais apropriado adotar uma démarche de investigação e argumentação dentro de uma *perspectiva ucrónica* a respeito de futuro do planejamento e o da sociedade (capitalista).

Apropria-se, em princípio, de um pensamento ucrónico que, como expressa Bernstein (2016, p. 308), realiza

> ..., assim como o utópico, ... uma crítica da sociedade presente. Contudo, falta-lhe um projeto alternativo de sociedade, pois a sociedade do futuro é o capitalismo reformulado e piorado. No entanto, é possível distinguir entre ucronia pessimista e ucronia otimista. A ucronia pessimista apenas mostra um futuro sombrio, enquanto que a otimista *mostra luta e resistência, o que significa a possibilidade de outra transformação, agora num sentido positivo* (destaque nosso).

Em outras palavras, a própria perspectiva ucrónica se anuncia na atual apropriação do conceito de planejamento de Mitaftab ao se basear numa estratégia de transgressão que parte da crítica à sociedade atual[7], mas não exige a explicitação de um projeto futuro e assim, conforme Bernstein (2016, p. 304 s), supera o risco de um utopismo ou de uma utopia abstrata (RANDOLPH 2016) como o fez Marx

> que ao invés de fazer planos detalhados sobre a sociedade futura, fez algumas indicações e se dedicou mesmo a compreender a sociedade presente e como ela tende a gestar a sociedade do futuro. O teórico do comunismo elaborou uma teoria do capitalismo e das lutas de classes como processo que engendra as transformações sociais e permitem/possibilitam a nova sociedade comunista.

Observar o caráter da própria "transgressão" (identificar campos de superação, seus limites e possíveis atividades), junto com as categorias tempo, espaço/lugar e ação, vai permitir, dentro de uma concepção da reprodução antagónica da sociedade capitalista, identificar propriedades particulares de antagonismos em relação a tempo., espaço e ação social (e política) e vinculá-los a correspondentes modos de planejamento que não tem propriamente dito um "projeto", mas se posicionam com suas práticas dentro do antagonismo a favor de um lado contra o outro.

[6] Mesmo esta posição pode ser relativisado em relação a certos elementos da sociedade civil como mostrado por Miraftab (2009)

[7] Ela mesma, como vimos antes, não adota essa perspectiva porque indica a "sociedade justa" como utopia do planejamento insurgente.

Assim se entende porque a discussão de formas de planejamento está menos voltada a propriedades e efeitos de diferentes modos, mas a suas origens e ligação a determinados conflitos, antagonismos ou contradições de sociedades que os produziram e da potencialidade de contribuir à superação dos limites de "um lado" pelo aproveitamento das potencialidades "do outro"[8].

Neste sentido, a utilidade pragmática e validade conceitual das três dimensões de transgressão indicadas por Miraftab vão ser confirmados se, além de se referir a práticas de transgressão diferentes, se referem também a correspondentes expressões de conflitos, contradições ou antagonismos socias como particulares de uma "totalidade antagónica" de sociedades capitalistas contemporâneas.

No seguinte item serão identificadas possíveis correspondências a partir de diferentes concepções discutidas na bibliografia por determinados autores.

3 ORIGEM DO DESPERDÍCIO DE EXPERIÊNCIAS SOCIAIS, DA MERCANTILIZAÇÃO DO ESPAÇO (URBANO) E DA COLONIZAÇÃO DO COTIDIANO

Em princípio, relacionar modalidades de planejamento a antagonismos da sociedade capitalista aparenta ser um estranho empreendimento quando se sabe que o planejamento publico foi um dos instrumentos para "racionalizar a racionalização" do Estado (Habermas) e, em geral, para a reprodução (ampliada) dos meios de produção e da sociedade capitalista. Por isto, como mencionado antes, não são os chamados modalidades "clássicas" relevantes para a atual discussão. Mas, também, em relação a outras modalidades como o planejamento comunicativo e colaborativo suspeitou-se de sua ineficácia em conseguir opor-se a lógicas instrumentais econômicas e administrativas ou, quando lograr ao menos parcialmente, ver suas realizações apropriadas e cooptadas pelas respectivas sistemas (RANDOLPH, FREY, 2018).

E mesmo resultados de insurgências não fogem do risco a serem reinterpretados e incorporados em processos de reprodução da sociedade capitalista o que mostra a geral "fragilidade" de iniciativas que questionam a atual sociedade capitalista e querem contribuir para uma transformação mais radical. Um enfrentamento mais profundo e eficiente de antagonismos dessas sociedades exigiria, provavelmente, ao menos umas articulações de transgressão em todos os seus níveis; retornaremos a este ponto na finalização do presente trabalho.

Foi afirmado, anteriormente, a necessidade de o planejamento considerar, como ponto de partida de sua transgressão, a situação presente em sociedades capitalistas (onde esse "presente real" ou "real presente" englobaria suas potencialidades futuras), com relação aos conflitos, contradições e

[8] Como mostra o caso do insurgente; na verdade, os modelos clássicos também fizeram a mesma coisa, apenas se posicionaram a favor deste "um" lado, o da hegemonia voluntaria ou involuntariamente como mostrou a discussão anterior.

antagonismos a serem enfrentados. “Inovações” de formas de planejamento, por quem que seja, só terão eficácia se aprovadas e assumidas ou, pelo menos, toleradas pela “sociedade” – “objeto” de sua transgressão; ou seja, por instituições governamentais, órgãos administrativos ou pela “sociedade civil” em suas formas de organização.

Cabe, então para avançar o raciocínio, escolher modalidades referentes às três dimensões de transgressão que são atualmente praticadas e que podem ser vinculadas a três diferentes expressões genéricos de antagonismos características para sociedades capitalistas. No fundo, a viabilidade da atual argumentação – e mesmo a perspectiva acrónica, como se procura mostrar aqui – depende da possibilidade em confrontar três formas e atividades de transgressões do planejamento a três expressões (parciais) de antagonismos de sociedades.

Como será mostrado a seguir, se realmente encontrar essa “correspondência” entre formas de transgressões como as de antagonismos, pode parecer uma “feliz coincidência”, mas será mostrado que não o é. Porque há, mais implícita do que explicitamente, um vínculo entre a identificação de determinadas dimensões de conflitos e antagonismos em abordagens críticas de determinados autores a respeito de sociedades capitalistas com as três formas apontadas por Miraftab de atividades transgressivas discutidas em bibliografia e praticadas na praxis do planejamento.

A seguir serão relacionadas diferentes expressões das três contradições parciais, introduzidas, cada uma, por meio da discussão de diferentes autores. As correspondentes transgressões – concepção e práticas de planejamento – se dirigem contra essas expressões e, com isto, contra o antagonismo que lhes deu origem.

3.1 O DESPERDÍCIO DE EXPERIÊNCIAS SOCIAIS COMO RESULTADO DO ANTAGONISMO ENTRE TEMPO ABSTRATO LINEAR E TEMPO CONCRETO MÚLTIPLO

A identificação do antagonismo entre tempo linear e tempo múltiplo se encontra em investigações de temáticas por Boaventura de Sousa Santos (2008, p. 143) sobre a reinvenção da emancipação na luta contra exclusão e discriminação em diferentes países. Nessa pesquisa percebe que durante a consolidação do capitalismo e do seu Estado no hemisfério Norte desenvolveram-se concepções de tempo e temporalidade cuja responsabilidade é a “concepção linear do tempo” e a planificação da história (que) permitiram expandir o futuro indefinidamente e contrair o presente.

A contração do presente esconde a maior parte da riqueza inesgotável das experiências socias no mundo. Essa situação ele atribui à razão indolente e suas diferentes formas que se expressam no conhecimento hegemônico. Propõe a dilatar o presente e contraír o futuro para contribuir a desacelerar

o presente, dando-lhe um conteúdo mais denso e substantivo do que o instante fugaz entre o passado e o futuro a que a razão proléptica o condenou.

Em outras palavras:

> Contrair o futuro significa torná-lo escasso e, como tal, objeto de cuidado. O futuro não tem outro sentido nem outra direção senão os que resultam desse cuidado. Contrair o futuro consiste em eliminar ou, pelo menos, atenuar a discrepância entre a concepção do futuro da sociedade e a concepção do futuro dos indivíduos. (SOUSA SANTOS, 2008, p. 176)

Ou seja, par contrair o futuro é necessário mudar sua abordagem. Como argumenta Sousa Santos, há uma oposição de duas perspectivas do futuro: um futuro da sociedade e um futuro contrário dos indivíduos cuja limitação se impõe pela duração da sua vida. Na sua perspectiva, este caráter limitado do futuro dos indivíduos depende da sua gestão e cuidados e faz com que o futuro "em vez de estar condenado a ser passado, ele se transforme num fator de ampliação do presente. Ou seja, a contração do futuro contribui para a dilatação do presente".

Introduz duas sociologias que podem dilatar o presente, obtido através da sociologia das ausências, e contrair o futuro, por meio da sociologia das emergências.

> A sociologia das emergências consiste em substituir o vazio do futuro segundo tempo linear (um vazio que tanto é tudo como é nada) por um futuro de possibilidades plurais e concretas, simultaneamente utópicas e realistas, que vão se construindo no presente através das atividades de cuidado (SOUSA SANTOS 2008, p. 176)

Sua discussão está ligada à obra de Ernst Bloch com seu conceito de Ainda Não (Noch Nicht) e o conceito da possibilidade. Para Sousa Santos este "Possível" é sempre incerto; pode ser da salvação ou da perdição. Não obstante, ao tornar essa incerteza objeto de cuidado mostra que ao mesmo que dilata o presente e contrai o futuro. Entrar neste noch-nicht – o futuro – é pensar a possibilidade "do movimento do mundo" (SOUSA SANTOS, 2008, p. 178)

Para a sociologia das emergências isto significa que ela se dedica à investigação de alternativas que cabem no horizonte das possibilidades concretas. Com isto amplia o presente ao juntar ao real as possibilidades e expectativas futuras comportado por ele e, assim, contrai o futuro à medida que o futuro deixa de ser vazio e infinito – uma "utopia abstrata" como diria Bloch – e se torna, como diz Souza Santos (2008, p. 179) "concreto, sempre incerto e sempre em perigo".

> Cuidar do futuro é imperativo, porque é impossível blindar a esperança contra a frustração, o advento contra o niilismo, a redenção contra o desastre, em suma, porque é impossível a esperança sem a eventualidade do caixão (SOUSA SANTOS 2008, p. 179).

Apenas para finalizar essa discussão é importante ter em mente que nenhuma das duas sociologias são "convencionais" porque sua "objetividade" está dependente da qualidade da sua dimensão subjetiva. Por um lado, a consciência cosmopolita e o inconformismo ante o desperdício da experiência representam o elemento subjetivo da *sociologia das ausências*. Por outro, a consciência antecipatória e o inconformismo ante uma carência cuja satisfação está no horizonte de possibilidades são o elemento subjetivo da *sociologia das emergências*.

3.2 A PROLIFERAÇÃO DA MERCANTILIZAÇÃO DO ESPAÇO COMO RESULTADO DO ANTAGONISMO ENTRE A LÓGICA ABSTRATA DE ACUMULAÇÃO DO CAPITAL E OS VALORES CONCRETOS NA APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO

Na discussão de Sousa Santos, as características de presente e futuro – suas temporalidades – em sociedades ocidentais (capitalistas) foram compreendidas como resultado da racionalidade hegemónica destas sociedades. Um presente cada vez mais reduzido a instantes fugitivos e um futuro cada vez mais dilatado como propriedades abstratas de uma temporalidade instrumentalizada foram resultado da modernidade (ocidental) e da globalização. Situação, que permite ofuscar e tornar invisíveis aquelas experiências sociais que não seguem a racionalidade hegemônica – do capital e de sua reprodução. Como forma de reverter este resultado da razão metonímica e indolente que Sousa Santos propõe adotar uma razão cosmopolita para ampliar o presente e encurtar o futuro.

Tendo sua validade dentro dos parâmetros do antagonismo entre tempo linear e tempo múltiplo, que o próprio autor estabelece com a orientação às sociologias de ausências e emergências, a discussão avança aqui para além das temporalidades à discussão da introdução de determinados contextos espaciais (gerais) que representam também resultados de um processo histórico de transformações de sociedades capitalistas.

Autores como Lefebvre e outros nas suas investigações de cidades perceberam como o tempo desempenhou um extenso e importante papel na urbanização - embora muitas vezes implícito. Quanto à história da cidade relatada em termos espaciais e temporais, identifica-se a conquista do tempo através do espaço e a criação de condições de co-presença. Tempo, espaço e movimento são os constituintes em muitas caracterizações de diferentes cidades; ligadas tanto a uma história tanto densidade, proximidade, contato planejado e não planejado que cria uma sociedade civil enquanto uma história de agitação.

Uma rápida observação histórica em relação à passagem do capitalismo concorrencial ao monopolista ou neo-capitalismo (Lefebvre) pode apontar elementos que dizem respeito à conformação

de antagonismos espaciais. Como Lefebvre argumenta na sua análise desta passagem[9], conteúdo e forma da reprodução da sociedade capitalista sofrem uma profunda alteração. Se o modo de produção capitalista foi antes baseado em produção e reprodução de meios de produção e as correspondentes relações sociais, com o resultado de uma crescente urbanização dessas sociedades surge a *produção e reprodução da vida social* (no cotidiano) como novo elemento da reprodução deste modo. Localizada no urbano, a compreensão da forma da reprodução social, exige considerar, simultaneamente, temporalidade e espacialidade da sociedade.

Ao considerar esta nova constelação de sociedades capitalistas, podemos chegar à mesma conclusão como Linhares (2008) de que a "produção social do espaço é o mecanismo pelo qual o sistema capitalista encontra meios de se reproduzir amplamente". Afirma o autor que

> a espacialidade do urbano, refletida em formas e fenômenos socio-espaciais, é o plano (material e imaterial) privilegiado da produção e da reprodução das relações sociais capitalistas. Sutilmente, a teorização lefebvreana subverte a lógica dos teóricos convencionais do espaço, que tratam o elemento geográfico como um fator contingente (um custo) que limita a dinâmica do capital.

Nesta corrida do capital para chegar cada vez mais longe o autor acompanha Lefebvre quando este, "sem negar os obstáculos que a materialidade espacial ... impõe ao movimento do capital", introduz o urbano como síntese socio-espacial do processo antagónico entre promoção do "esvaziamento" do urbano por um processo de sua mercantilização do espaço e dependência do capital pelas condições concretas da produção, por um lado, e a (re-)produção do espaço como valor de uso e apropriação concreta pela população.

3.3 A COLONIZAÇÃO DO COTIDIANO COMO RESULTADO DO ANTAGONISMO ENTRE SISTEMAS E SUA LÓGICA INSTRUMENTAL E OSMUNDOS DA VIDE BASEADAS NUMA REPRODUÇÃO SOCIAL POR LÓGICAS COMUNICATIVAS

Sem precisar de uma compreensão mais profunda do antagonismo e da contradição fundamental em sociedades capitalista contemporâneas, é possível identificar duas esferas antagónicas fundamentais que são constitutivos para sua formação. Dentro da lógica hegemônica nestas sociedades em transformar todas as manifestações sociais em mercadorias (valores de troca) se distingui, por um lado, que a reprodução sociedade capitalista – seus meios técnicos e sociais de produção – se sustenta pelo reinado do mercado e da lógica instrumental na economia e nas instituições burocráticas do Estado. Em oposição e contradição à está hegemonia, tem-se, por outro, os modos e mundos da vida

[9] Lefebvre 1973

onde os processos sociais, políticos e culturais da reprodução social estão baseados em outras lógicas. É a esfera da vida quotidiana, das relações sociais, da mobilização política fora da economia e do Estado.

Não estando independentes (talvez numa relação dialética), existe como dinâmica entre os dois lados, como percebido por Purcell (2009), uma ameaça permanente pelo mercado e pela lógica instrumental em enfraquecer ou mesmo substituir por sua lógica as outras lógicas nos mundos da vida chamadas de lógicas "comunicativas" (ou "concretas"). É neste sentido que autores como Lefebvre e Habermas falam da tentativa de os mercados "colonizarem" a lógica da esfera da reprodução social com sua lógica alheia. Ou seja, este processo pode ser entendido como de colonização dos mundos da vida.

Neste sentido, existem experiências de transgressivas ações planejadas que estão voltadas não apenas contra a expansão dos resultados da colonização, mas contra a própria lógica de sua produção. Com isto, ao contrário de outras propostas de transgressão – por exemplo do planejamento agonístico – não entram em confronto direto com a hegemonia estabelecida em sociedades neoliberais.

Diferentemente das formas de luta direta contra um projeto hegemônico, as ações de transgressões sociais na esfera pública podem ter duas características: (i) confrontam tentativas de "colonização" político-administrativa de forma indireta; isto é, nesta forma dirigida contra a expansão das lógicas burocráticas-instrumentais no domínio dos mundos da vida e das suas relações sociais e políticas; (ii) ou possuem a potencialidade de fortalecer lógicas comunicacionais e orientadas para o valor de uso contra valores instrumentais orientados para a troca.

Nesse sentido, a transgressão social se reestrutura e busca aniquilar, sim, ações do sistema que pretendem enfraquecer as lógicas comunicativas como meios para levar adiante a colonização do mundo da vida. Essas ações, apesar de não terem "projeto", podem ser entendidas, portanto, voltadas contra a hegemonia a favor de um outro futuro – lembrando a parte otimista do acronismo. É o poder comunicativo da lógica concreta que "se opõe" aos avanços da lógica instrumental; tanto na esfera pública quanto na privada.

Os movimentos sociais urbanos – como os que eclodiram em junho/julho de 2013 no Brasil, por exemplo – podem ter tido uma intenção "acrónica" ao se opor aos avanços crescentes do domínio do valor de troca na cidade. Como diz Melucci (1985): "Defino analiticamente um movimento social como uma forma de ação coletiva (a) baseada na solidariedade, (b) envolvida em um conflito e (c) rompendo as fronteiras do sistema em que a ação ocorre". (p.795; grifo nosso.)

Devido à ameaça permanente em aumentar e aprofundar a colonização do cotidiano, no quadro conceptual aqui delineado, ações transgressivas contra as lógicas abstratas e instrumentais precisariam

ser incorporadas como uma prática social permanente, quotidiana e parte do dia-a-dia dos agentes sociais. Em última análise, práticas destas transgressões sociais, sem serem propriamente ditas contra a hegemonia e serem práticas contra-hegemónicas, procuram expandir a validade da lógica comunicativo-concreta para além das limitações impostas por economia e administrações dos sistemas.

Esta forma de transgressão social por ações planejadas já está sendo "realizada" ou "real" e não precisa ser inventada, como foi pressuposto antes. O que não quer dizer que suas potencialidades não precisam ser identificadas e serem aproveitadas para que re-produzam seus próprios âmbitos cotidianos ou os transformam.

4 O PLANEJAMENTO TRANSGRESSIVO, SEUS ALVOS E SEU COMBATE

Para apropriar as contribuições dos autores introduzidas no item anterior, parece oportuno voltar, rapidamente, a algumas observações de Miraftab sobre o planejamento insurgente que

> deve desarticular as tentativas da governança neoliberal de estabilizar relações opressivas por meio da inclusão. O planejamento insurgente, portanto, constitui práticas radicais de planejamento que desafiam as especificidades inequitativas da governança neoliberal que opera por meio da inclusão. O planejamento insurgente deve desmascarar a farsa da promessa de cidadania inclusiva feita pela governança neoliberal. ... Para superar a construção bifurcada da sociedade civil, os planejadores não devem limitar suas práticas apenas aos espaços de participação sancionados — seja por meio de ONGs e grupos comunitários "ONGizados", seja por meio de estruturas formais de autoridades locais. O planejamento insurgente reconhece, apoia e promove não apenas os mecanismos de enfrentamento das bases exercidos em espaços de cidadania não convidados, mas também as práticas de oposição das bases à medida que elas inovam seus próprios termos de engajamento (MIRAFTAB, 2009, p. 17)

Diante dessa colocações de Miraftab e argumentação apresentada nos últimos três subitens O QUADRO 1 abaixo pretende simplificar e sistematizar os dois lados que, de forma geral, se enfrentam: por um lado, contradições e antagonismos nas sociedades capitalistas, expressos por formas hegemônicas da imposição de um tempo linear, de um espaço abstrato e instrumentalizado e da colonização do cotidiano por valores de troca e, por outro lado, por um tempo múltiplo e concreto, por espaços que permitem o uso concreto de habitantes e da população e por uma vida onde valores sociais se sobrepõem aos ditames da mercantilização de reprodução social.

Quadro 1

Alvos de transgressão	Instrumentalização da ação político-social	Mercantilização do espaço	Colonização do futuro pelo tempo linear
Forças antagônicas em sociedades capitalistas	Sistemas econômicos e administrativos vs. Mundo da Vida Núcleo do sistema político vs. Periferias sócio-políticas	Produção dominante do espaço vs. Luta pela expressão de espaços de representação (vs. Práticas espaciais – Tríade)	Globalização neoliberal vs. Dinâmica concreta de lutas de movimentos sociais

Expressão do antagonismo	Expansão a lógica de sistemas econômicos e administrativos pra o cotidiano e mundo da vida	Produção do espaço abstrato por arquitetos, urbanistas e planejadores	Desperdício e exclusão da riqueza de experiências sociais (particularmente fora do centro hegemônico) e da virtualidade do passado
Resultado do antagonismo	Alienação da vida social em todas suas expressões e despolitização de suas intensões e reivindicações	Espaço como produto da articulação de mercadorias e dominação de valor (abstrato) de troca na sua apropriação em todas escalas espaciais	Aumento e aceleração do tempo abstrato do futuro em detrimento ou sua subordinação da vivência em um presente concreto
Objetivos de transgressões	Combater a razão racional-instrumental de economia capitalista e burocracia estatal	Combater a lógica sistêmica pela valorização do valor de uso do espaço e seus componentes	Combater a razão indolente por meio da sociologia da emergência e da ausência com o fortalecimento da razão cosmopolita
Medidas possíveis	Fortalecer manifestações sociais voltados à produção de um "poder social" ao descolonizar o cotidiano	Fortalecer expressões de práticas espaciais no cotidiano, nas artes etc. de uma lógica "underground", realizar práticas espaciais ligados ao cotidiano e corpo.	Criar espaço-tempo necessário para valorizar a experiência social na periferia do sistema sócio-político, processo de "tradução"
Resultado	Ressonância de demandas periféricas na esfera pública política	Fortalecimento do valor de uso do espaço e da sua vivência (espaço diferencial)	Encolher o futuro ao expandir, ao mesmo tempo, o presente
Finalidades de ações planejadas	Contribuição para limitar e reduzir a influência da razão instrumental ao fortalecer o poder comunicativo na sociedade	Enfraquecer o espaço abstrato ao fortalecer o espaço diferencial (valor de uso do espaço)	Contemplar e fortalecer multiplicidades de racionalidades e temporalidades

Fonte: Autores

Numa perspectiva "clássica" da prática de planejamento, a distinção de suas atividades, acima mencionadas, seria dividida entre três diferentes formas aqui apontadas: (i) uma cuja característica são seus diferentes horizontes (curto, médio e longo prazo) onde o tempo e temporalidade seria a primordial atribuição para sua atuação; (ii) uma que se referiria, em primeiro lugar, a um determinado âmbito territorial de sua atuação ou abrangência do espaço (diferentes escalas, diferentes propriedades espaciais e setoriais) e (iii) uma última que seria caracterizada pela amplitude ou especificidade social, política e/ou econômica e cultural.

Na perspectiva transgressiva as três dimensões representam certas "frentes de lutas". São abordagens radicais do planejamento, como diz Sandercock (1998) que precisam reconhecer que ações contestatórias tem de ser conduzida por fora da burocracia e contar com o empoderamento das comunidades locais e dos movimentos sociais, embora reconhecendo a sua importância. limites:

> 'Tomadas separadamente, nenhuma destas lutas pode parecer de todo uma ameaça ao sistema... mas no seu conjunto constituem um desafio, porque têm o potencial de tornar as pessoas menos dependentes do capital global, aumentando o seu poder social e experimentando o seu próprio poder político' (pág. 176).

Como se era de esperar as dimensões tanto de antagonismos como de transgressões em relação a tempo, espaço e o social têm certo grau de interrelações e mútua interdependência que mostram que transgressões – elemento chave e característica na abordagem do planejamento – e manifestações das contradições de sociedades capitalista não deveriam ser conceituadas em diferentes formas ou "dimensões"; isto apenas se justifica por razões de clareza analítica.

> Na verdade, historicamente, as experiências de movimentos radicais insurgentes ou revolucionários costumavam originar-se de forças que atuavam contra o sistema, geralmente sob a forma de confrontos hostis. A premissa de Mouffe para a disputa agonística, "uma adesão partilhada aos princípios ético-políticos da democracia" (MOUFFE, 2000: p.15), ou melhor, a aceitação de arranjos institucionais básicos, costumava ser revogada por tais movimentos, uma vez que é apenas estas estruturas gerais que são identificadas como as principais causas de disputas políticas injustas e, portanto, de agitação social e ação subversiva (RANDOLPH, FREY 2018).

Consequentemente, no planeamento transgressivo o foco já não está no planeador profissional, mas sim nas práticas cotidianas da população e em suas comunidades locais como formas particulares de planejamento. Para Miraftab (2009, p. 32) "práticas de planeamento insurgentes como contra-hegemónicas, transgressoras e imaginativas" reimaginaram e praticaram novos tipos de ação democrática numa perspectiva emancipatória e fortalecedora.

A sua distinção entre "espaços convidados" e "espaços inventados", como locais de confronto e insurgências, Miraftab (2018: p.279) aproxima, no primeiro caso, a atuação transgressiva a experiências democráticas e participativas; ao ponto que atribui a construção ("invenção") de espaços "à ação coletiva dos pobres que confrontam diretamente as autoridades e desafiam e desestabilizam o status quo", mas mantendo-se frequentemente numa relação mutuamente interactiva; no entanto, as práticas insurgentes movem.-se fluentemente através de diferentes arenas formais e informais de participação. Não obstante correm o risco de ser criminalizados pelas forças hegemônicas com o intuito de conter e controlar espaços de ativismo cidadão (Miraftab, 2018).

Nessa proposta da autora do planejamento insurgente podem ser reconhecidas determinações particulares em relação a populações envolvidas, espaços conquistados e determinada temporalidade vigente.

Neste sentido, Miraftab "responde" à afirmação, por ela levantada, a respeito do planejamento insurgente ser transgressivo no tempo, lugar e ação, como observado anteriormente. A articulação das três dimensões nas transgressões acontece, neste caso, de uma forma empírica, conforme as características das insurgências, de uma forma pragmática. Desta forma, observada mais prática e concretamente na realidade de diferentes insurgências, sua abordagem permite identificar,

aproximadamente, potencialidades e limites de insurgências dentro da perspectiva de uma luta contra a hegemonia.

Na verdade, o proposto da atual investigação em conseguir estabelecer alguma articulação entre espaço, tempo e ação social tem sido encaminhado indiretamente. Nem tanto por circunstâncias particulares de ações transgressivas, mas pelo vínculo de cada dimensão a características distintas de antagonismos encontrados em sociedades capitalistas – onde não destacamos tanto a sua fase neoliberal, mas mais mecanismos subjacentes dos quais o neoliberalismo por ser considerado uma expressão particular.

Acredita-se que tempo linear, espaço abstrato e instrumentalização da vida fazem parte de um "pacote", de uma forma de dominação das sociedades contemporâneas cuja "razão" fundamental é assegurar a reprodução do modo e da sociedade capitalista. Ou seja, talvez caberia procurar entre os antagonismos apontados – obviamente interligadas – um cuja transgressão poderia ser "estratégica" em colocar em marcha transformações mais profundadas desta sociedade para a qual, então, uma determinada forma de planejamento transgressivo pode assumir um papel destacado. Não vai ser possível realizar alguma tarefa assim sem referência a situação e contextos particulares.

Dentro da perspectiva acrónica que orientou o confronto entre formas de antagonismos e possíveis transgressões, não se trataria de uma luta por uma outra hegemonia, mas de uma luta a favor daquilo que está subordinado às logicas do capital; subordinações reais e práticas que já são fontes de descontento e transgressões; ou mesmo lutas passadas com um potencial para o futuro.

Um "novo" projeto de sociedade só será construído por ela mesma; a luta e seus desdobramentos darão seu resultado. E, quem sabe, não haverá necessidade de uma "nova" hegemonia?

Para finalizar, vale citar uma contribuição de Zizek que, ao se referir a casos de desobediências civis, não diz respeito diretamente a uma abordagem radical do planejamento.

Para Žižek (2012), "há… espaço para uma revolução passiva mágica, que em vez de enfrentar diretamente o poder o enfraquece, cavando como uma toupeira no chão e negando todos os seus rituais e práticas quotidianas subjacentes" (p.135).

REFERÊNCIAS

BERNSTEIN, S. Utopia e ucrania: concepções da sociedade futura. *Revista Sociologia em Rede*, vol. 6 num. 6, 2016, p. 302-309

FRIEDMANN, J., HUDSON, B. Knowledge and action: a guide to planning theory. *American Institute of Planners Research*, v. 1, p. 2-16, Jan. 1974

HILLIER, J. ´Agon`izing over consensus: why Habermasian ideals cannot be ´real´. *Planning Theory,* vol. 2(1), 2003, 37-59

HUDSON, B.M. Comparison of Current Planning Theories: Counterparts and Contradictions. American Planning Association Journal, 45 (4), oct. 1979, pp. 387-398.

LEFEBVRE, H. *A re-produção das relações de produção*. Porto: Publições Escorpião, 1973

LIMONAD, E. Muito além do jardim: Planejamento ou urbanismo, do que estamos falando? In: COSTA, G. M., COSTA, H.S.M, MONTE-MÓR, R.L.M. (Orgs.) *Teorias e práticas urbanas. Condições para a sociedade urbana*. Belo Horizonte: C/Arte 2015, p. 71-102

LINHARES, L. Planejamento. Do economicismo modero à dialética socioespacial. *R. B. Estudos Urbanos e Regionais*, V.10, N.1 / MAIO 2008, p. 29-48

MELUCCI, A. "The symbolic challenge of contemporary movements". *Social Research*, vol 52, nº 4, winter 1985, pp. 788-816,

MIRAFTAB, F. Insurgent planning: situating radical planning the global south. *Planning theory,* v. 8, n. 1, 2009, p. 32-50

MIRAFTAB, F. Insurgent practices and decolonization of future(s). In: Gunder, M., Madanipour, A. & Watson, V. (eds.) *The Routledge Handbook of Planning Theory*. New York, Routledge, 2018, p.276-288.

MOUFFE, C. Deconstruction, pragmatism and the politics of democracy. In: C. Mouffe (ed.) Deconstruction and pragmatism, London: Routledge, 1996, pp. 1-12

MOUFFE, C. Deliberative democracy or agonistic pluralism. Institute for Advanced Studies (HIS). Vienna, Political Science Series, nº 72, Vienna, December 2000

MOUFFE, C. Which kind of space for a democratic habitus? In: J. Hillier and E. Rooksby (eds.) *Habitus: a sense of place*. Aldershot: Ashgate 2002, pp. 93-100

MOUFFE, C. *On the Political*. London, Routledge, 2005

MOUFFE, C. *Agonistik. Die Welt politisch denken*. Frankfurt/Main: Suhrkamp 2014

PLøGER, J. Impossible common ground. Planning and reconciliation. In: Metzger, J., Allmendinger, P. & Oosterlynck, S. *Planning against the political: democratic deficits in European territorial governance*. New York: Routledge, 2015, pp.107-128.

PURCELL, M. Resisting neoliberalisation: Communicative planning or counter-hegemonic movements? *Planning Theory* 8(2): 2009, 140-165

RANDOLPH, R. Do planejamento colaborativo ao planejamento "subversivo". Reflexões sobre limitações e potencialidades de Planos Diretores no Brasil. Scripta Nova (Barcelona), v. 245 (17), p. 85-98, 2007.: http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24517.htm

RANDOLPH, R. Subversão e planejamento como práxis - uma reflexão sobre uma aparente impossibilidade. In: E. Limonad; E. Castro. (eds.). *Um novo planejamento para um novo Brasil?* Rio de Janeiro: Letra Capital Editora, 2014 p. 40-57.

RANDOLPH, R.. A utopia do planejamento e o planejamento da utopia: o longo caminho de um contra-planejamento até o alcance da justiça social. In: XIV Coloquio Internacional de Geocrítica - *LAS UTOPÍAS Y LA CONSTRUCCIÓN DE LA SOCIEDAD DEL FUTURO*, Barcelona: Universidad Barcelona, 2016. v. 1. p. 46-62

RANDOLPH, R., FREY, K. Planning and governance. Towards radical political approaches. In: ERAYDIN, A., FREY, K. (Eds.) *Politics and Conflict in Governance and Planning - Theory and Practice.* New York: Routletge 2018 ISBN 9781351252881

RANDOLPH, R. Futuros no planejamento e planejamento do futuro. In FRIEDMAN, F. (Org*.) Quem planeja o território*. Rio de Janeiro: LetraCapital Editora, 2022, p. 527- 557

RANDOLPH, R. Entre fenômeno e ficção, presente e futuro no planejamento: reflexões sobre temporalidades e futuridades. *Boletim Campineiro de Geografia* 13(1), 2023

SAGER, T. Communicative planners as naïve mandarins of the neo-liberal state? *European Journal of Spatial Development*, dec 2005

SANDERTCOCK, L. The death of modernist planning: radical praxis for a postmodern age. In: Douglass, M.; Friedmann, J. (eds.) *Cities for citizens. Planning and the rise of civil society n a global age*. Chichester: John Wiley & Sons, 1998, p. 163-184.

SOUSA SANTOS, B. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], v.63, 2002; edição Kindle 2008

ŽIžEK, S. (2012). Das unendliche Urteil der Demokratie. In: Agamben, G. et al. *Demokratie? Eine Debatte*. Frankfurt/Main: Suhrkamp, 2012, p. 116-136.